Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 8278/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/12298/2014
PROTOCOLO	: 1526347
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO
RELATOR (A)	: RONALDO CHADID

Em exame a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, concedida a MARIA CLÁUDIA THIRY, nascida em 25.09.1958, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, Matrícula n. 2691401, na Secretaria de Estado de Educação.

De posse do caderno processual, considerando a regularidade da documentação, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise ANA-ICEAP-4597/2015, sugerindo o registro da aposentadoria acima identificada.

A seguir, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que exarou Parecer PAR-MPC-10737/2015, opinando pelo registro do ato de pessoal em apreço.

É o relatório.

Passo a expor as razões da presente decisão.

Ao analisar os autos referentes à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, verifico que assiste razão ao corpo técnico desta Corte de Contas, assim como ao Ministério Público de Contas, pois os documentos que os integram atendem às normas constitucionais, legais e estão em consonância com os termos regimentais desta Corte, haja vista que encaminhados tempestivamente, em conformidade com o estabelecido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução normativa TC/MS n. 35 de 14/12/2011, alterada pela INTC n. 35/2012.

A presente aposentadoria está amparada pelo permissivo disposto no art. 6º c/c art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003, conforme Portaria n. 673/2014, publicada na pág. 41 do Jornal Estado do Pantanal, de 03 de setembro de 2014.

No que se refere ao Tempo de Contribuição, depreende-se por meio da Certidão de folhas 64, que ocorreu da seguinte forma:

Em nº de dias	Em nº de anos
11.104 (onze mil e cento e quatro) dias.	30 (trinta) anos, 05 (cinco) meses e 04 (quatro) dias.

Os proventos foram fixados integrais e calculados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais, sendo que as parcelas estão corretamente discriminadas conforme Apostila de fls. 71.

Diante do exposto, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO** pelo **REGISTRO** da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição concedida a MARIA CLÁUDIA THIRY, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 28 de outubro de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

smmga